



ESTRUTURA DE PEÇAS

**Ação Direta de
Inconstitucionalidade**



1	EXMº. SR. MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ou AO JUÍZO ...
2	
3	Ex. Partido Político - Partido Político (nome), pessoa jurídica de direito privado, inscrito
4	no CNPJ sob o nº E no TSE sob o nº ..., por seu Diretório Nacional, com sede em ..., por
5	seu advogado que esta subscreve, conforme procuração anexa, com escritório ..., endere-
6	ço que indica para os fins do art. 77, V, do CPC, vem propor/ajuizar a presente AÇÃO DI-
7	RETA DE INCONSTITUCIONALIDADE com fundamento no art. 102, I “a”, da CRFB/88 e na
8	Lei nº 9.868/99 em face da (colocar a lei ou o ato normativo ou a parte do dispositivo que
9	afronta a Constituição) elaborada por (mencionar a autoridade responsável pela lei ou
10	ato normativo - uma Assembleia Legislativa, em caso de lei estadual, por exemplo), nos
11	termos que passa a expor.
12	
13	I - DO OBJETO DA AÇÃO
14	Nos termos do art. 102, I, a da CRFB/88 caberá Ação Direta de Inconstitucionalidade em
15	face de lei ou ato normativo federal ou estadual que viole a Constituição Federal. No caso
16	em tela, conforme será demonstrado, a (indicar a lei ou ato normativo ou princípio), viola
17	a Constituição Federal de 1988 em seu artigo ... (indicar a violação em si, inclusive se hou-
18	ver um princípio violado), por isso deverá ser declarada inconstitucional.
19	
20	II - DA TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR
21	No caso em tela, é possível identificar a necessidade de concessão de medida cautelar,
22	uma vez que há probabilidade do direito (<i>fumus boni iuris</i>) pela patente inconstitucionalidade da norma impugnada (mencionar rapidamente o problema central da peça) e pe-
23	rigo na demora e risco ao resultado útil do processo (<i>periculum in mora</i>) (mencionar a
24	urgência), conforme previsto no art. 300 do CPC, caso a mesma não seja deferida. A pos-
25	sibilidade de concessão de medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade en-
26	contra fundamento nos arts. 10 a 12 da Lei nº 9.868/99, e possui natureza de medida cau-
27	telar para a suspensão do ato impugnado.
28	
29	
30	III - DO CABIMENTO DA AÇÃO



31	A presente ação é cabível por se tratar de violação ao art. ... da CRFB/88 pelo ato impugnado.
32	Neste sentido, conforme o art. 102, I “a” da CRFB/88, o autor propõe a presente ação
33	direta de inconstitucionalidade com a finalidade de garantir a supremacia da Constituição
34	diante de normas, federais ou estaduais, que a violem, e o faz exercendo direito
35	constitucional de petição, art. 5º, XXXIV, CRFB/88, bem como o direito de acesso à justiça,
36	art. 5º, XXXV, da CRFB/88.
37	
38	IV - DA COMPETÊNCIA
39	De acordo com o art. 102, I “a” da CRFB/88, é de competência originária do Supremo Tri-
40	bunal Federal processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato nor-
41	mativo federal ou estadual, sendo a ação regulamentada pela Lei nº 9.868/99.
42	
43	V - DA LEGITIMIDADE ATIVA
44	O autor é legitimado ativo para a propositura da ação, de acordo com o art. 103, (indicar o
45	inciso correspondente) da CRFB/88 e art. 2º, (indicar o inciso correspondente) da Lei nº
46	9.868/99 por se tratar de (nome do legitimado - Governador, Presidente, Partido...).
47	LEGITIMADO UNIVERSAL: ... não necessitando portanto demonstrar pertinência temática
48	para propor esta ação, considerado, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Fe-
49	deral um legitimado universal.
50	LEGITIMADO ESPECIAL: ... e possui pertinência temática, uma vez que (descrever interes-
51	se) o que demonstra a relação entre suas atividades e o conteúdo normativo do ato im-
52	pugnado observando-se assim a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que exige
53	a demonstração da pertinência temática por parte dos legitimados especiais nas ações
54	do controle concentrado de constitucionalidade.
55	
56	VI - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS
57	Falar do Direito Material da questão.
58	
59	VII - DOS PEDIDOS
60	Em face do exposto, requer:



61	a) A concessão da tutela de urgência para suspender a eficácia da (lei ou ato normativo,
62	federal ou estadual, questionado), com amparo no art. 300 e seguintes do CPC bem co-
63	mo nos arts. 10 a 12 da Lei nº 9.868/99;
64	b) A procedência da ação, confirmando a medida cautelar, para declarar em definitivo a
65	inconstitucionalidade do ato impugnado conforme artigo 3º, I, da Lei 9.868/99;
66	c) a juntada dos documentos em anexo, de acordo com o art. 3º, parágrafo único, da Lei
67	nº 9.868/99, instruindo-se a inicial com a cópia do ato normativo impugnado e com os
68	documentos necessários para comprovar a impugnação;
69	d) a solicitação de informações das autoridades responsáveis pela lei ou ato normativo
70	(nome dos responsáveis), conforme art. 6º, caput, da Lei nº 9.868/99 no prazo de 30 dias,
71	conforme o art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.868/99;
72	e) a citação do Advogado Geral da União, para que seja ouvido dentro do prazo de 15 dias
73	após decorrido o prazo das informações, de acordo com o art. 103, §3º da CRFB/88 e art.
74	8º da Lei nº 9.868/99;
75	f) a oitiva do Procurador-Geral da República, dentro do prazo de 15 dias após a oitiva do
76	Advogado Geral da União, na forma do art. 103, §3º, da CRFB/88 e art. 8º da Lei 9.868/99.
77	
78	Dá-se à causa o valor de acordo com o art. 319, V do CPC.
79	Nestes termos, pede deferimento.
80	Local..., data....
81	Advogado... OAB nº...
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	



91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	